



Voto de Saudação à Liberdade N.º 3

Pela liberdade conquistada com a revolução de abril e pela liberdade por cumprir

O 25 de Abril de 1974 permanece como um dos momentos maiores da história contemporânea de Portugal. Não apenas por ter posto fim a um regime autoritário, mas por ter devolvido aos portugueses a dignidade da palavra livre, do voto livre e da participação livre na vida colectiva. Com Abril, Portugal libertou-se da censura, do medo político e da compressão artificial da sociedade, abrindo espaço ao pluralismo, à crítica, ao debate e à diferença.

A Revolução permitiu também que o País desse passos decisivos na sua transformação social e cultural. Portugal começou a deixar para trás uma visão fechada, tutelar e hierárquica da sociedade, abrindo caminho a uma vida pública menos condicionada por moral imposta, por uniformidade cultural e por desigualdades juridicamente toleradas. Nesse percurso, a afirmação da igualdade entre mulheres e homens e a revisão do quadro jurídico que mantinha as mulheres numa posição de inferioridade constituíram conquistas civilizacionais relevantes.

Abril permitiu, ainda, que Portugal se reencontrasse com a ideia de futuro. A democracia abriu o País à modernização institucional, ao contacto mais livre com a Europa e à integração numa comunidade de nações democráticas e desenvolvidas, culminando, no plano político e estratégico, com a adesão às Comunidades Europeias em 1986. Assinalar o 25 de Abril é, por tudo isto, um dever de memória e de justiça. É reconhecer a grandeza histórica de uma revolução que restituiu liberdade a um povo e devolveu horizonte a um país atrasado, empobrecido e amputado em demasiadas dimensões da sua vida coletiva.

Comemorar Abril não deve significar apenas gratidão pelo que foi conquistado. Deve significar também exigência perante aquilo que continua por cumprir. Porque a liberdade não se esgota no direito de eleger. Não se esgota no fim da censura. Não se esgota, sequer, no reconhecimento formal de direitos. A liberdade só se realiza plenamente quando os cidadãos dispõem de condições efetivas para decidir sobre a sua própria vida, participar com responsabilidade na ordem política, construir autonomia no plano social e dispor com maior latitude do fruto do seu trabalho, da sua poupança e do seu investimento.

Meio século depois, Portugal permanece uma democracia consolidada. Mas isso não impede reconhecer que subsiste uma liberdade ainda insuficientemente aprofundada em três dimensões essenciais: a liberdade política, a liberdade social e a liberdade económica. Liberdade política, para que os cidadãos não se sintam meros destinatários da decisão pública, mas participantes reais numa democracia exigente, transparente, responsável e próxima.

Liberdade social, para que o Estado não substitua a pessoa, a família, a comunidade, a associação ou a iniciativa cívica, mas antes promova autonomia, mobilidade e capacidade de realização.

Liberdade económica, para que trabalhar mais, investir melhor, empreender com risco e poupar com prudência não sejam atos excessivamente penalizados por um sistema fiscal pesado, por um Estado gastador ou por uma burocracia que tolhe a iniciativa e atrasa o crescimento.

Uma sociedade mais livre não é uma sociedade sem Estado. É uma sociedade com um Estado humanista, presente quando é necessário, forte nas suas funções essenciais, firme na proteção de quem mais precisa, mas contido na tentação de ocupar o espaço de decisão que pertence aos cidadãos. Um Estado que use com parcimónia o erário público, que saiba distinguir despesa de investimento, que seja exigente consigo próprio, que procure eficiência antes de pedir mais esforço aos contribuintes e que reconheça nos particulares, nas empresas, nas instituições sociais e na livre concorrência motores legítimos de prosperidade e inovação.

Cumprir Abril, no nosso tempo, é portanto mais do que celebrar a liberdade conquistada. É ter a coragem de confiar mais nos portugueses. É alargar o espaço de decisão individual, reduzir dependências desnecessárias, aliviar bloqueios que empobrecem o País e construir uma ordem pública que proteja sem asfixiar, que regule sem tutelar e que apoie sem capturar a vida das pessoas.

Assim, a Assembleia de Freguesia do Lumiar delibera:

1. Saudar o 25 de Abril de 1974 como momento fundador da liberdade democrática em Portugal e como marco histórico de superação do autoritarismo, da censura e da negação de direitos fundamentais.
2. Homenagear todos os que contribuíram para a queda da ditadura e para a construção da democracia, reconhecendo o valor duradouro das conquistas políticas, culturais, sociais e cívicas abertas pela Revolução.
3. Assinalar em particular o impacto transformador de Abril na abertura cultural do País, na mudança dos costumes, no reforço da igualdade entre mulheres e homens e na aproximação de Portugal ao espaço europeu democrático e desenvolvido.

4. Afirmar que a memória de Abril impõe também um dever de aprofundamento da liberdade, nas suas dimensões política, social e económica, como condição de uma democracia mais madura e de uma sociedade mais autónoma.
5. Defender uma ordem pública assente num Estado humanista, sóbrio e responsável, capaz de proteger os mais vulneráveis e de assegurar funções essenciais, sem sufocar a iniciativa individual, a responsabilidade pessoal, a sociedade civil e a criação de riqueza.
6. Sublinhar a necessidade de políticas públicas que libertem capacidade de crescimento, valorizem o trabalho, a poupança, o investimento, o mérito e a livre concorrência, e permitam aos cidadãos maior domínio sobre os recursos que geram.
7. Reafirmar que a melhor homenagem ao 25 de Abril não é apenas recordar a liberdade conquistada, mas criar as condições para que os portugueses possam viver com mais autonomia, mais responsabilidade e mais possibilidades reais de escolha.

Mais delibera determinar a divulgação do presente voto pelos meios institucionais da Freguesia do Lumiar.

Os membros da Bancada da Iniciativa Liberal na Assembleia de Freguesia do Lumiar, presentes na sessão de 21 abril de 2026

Francisco Mourão Benitez

Lúcia Piedade

APROVADO POR MAIORIA

VOTAÇÃO

CONTRA: 3 (1LIVRE 1CDU 1BE)

ABSTENÇÕES: 0

FAVOR: 16 (6PSD 4PS 2CDS 2IL 2CHEGA)